



# A agricultura urbana e periurbana do município de São Paulo diante da pandemia de Covid-19: análises de experiências pertinentes para o combate à fome

Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão<sup>1</sup>, Roberta Moraes Curan<sup>2</sup> e Paulo Eduardo Moruzzi Marques<sup>3\*</sup>

A pandemia Covid-19 gera impactos importantes na população mundial desde o início de 2020. As preocupações referentes ao abastecimento alimentar, notadamente das populações mais vulneráveis, ganharam destaque por parte de entidades internacionais, de órgãos públicos brasileiros, de pesquisadores e da sociedade civil. As dificuldades em responder à crise instaurada, especialmente pelo desalinhamento das ações amortecedoras nas diferentes esferas de poder brasileiras, agravadas por ameaças à democracia, compuseram um quadro de ausência de plano público eficiente para alcance de segurança alimentar e nutricional. Neste contexto, a agricultura urbana e periurbana (AUP), contribuindo com iniciativas fundamentadas em solidariedade alimentar, representa uma estratégia para o acesso ao alimento nas regiões urbanizadas mais vulneráveis, permitindo a manutenção de renda dos agricultores. O presente artigo visa lançar luz às diferentes ações de abastecimento alimentar no município de São Paulo no auge da pandemia, considerando especialmente novas dinâmicas a partir das experiências de sete agricultores urbanos e periurbanos paulistanos, representativos da diversidade de situações nas principais regiões de produção de alimentos em São Paulo. Além da articulação social entre diferentes grupos solidários do município, o papel dos circuitos curtos de proximidade na manutenção da produção local e na garantia do consumo alimentar de populações em situação de insegurança alimentar é destacado aqui, em quadro de grande insuficiência de políticas emergenciais de SAN.

**Palavras-chave:** Crise alimentar, Pandemia de Covid-19, Agricultura urbana e periurbana, Redes de solidariedade, Circuitos curtos de proximidade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [vitorialeao.usp@gmail.com](mailto:vitorialeao.usp@gmail.com). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3595-5002>.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: [ro.curan@usp.br](mailto:ro.curan@usp.br). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4307-7908>.

<sup>3</sup> \*Docente do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA-ESALQ) em Ecologia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP). Endereço para correspondência: E-mail: [pmarques@usp.br](mailto:pmarques@usp.br). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0514-7568>.

## Urban and periurban agriculture in the Municipality of São Paulo facing the new coronavirus: analyses of relevant experiences to fight hunger

The Covid-19 pandemic has impacted the world population since the beginning of 2020. Concerns regarding food supply, notably of the most vulnerable populations, have gained prominence from international entities, Brazilian public bodies, researchers, and civil society. The difficulties in responding to the crisis, mainly due to the misalignment of dampening actions in the different spheres of Brazilian power, aggravated by threats to democracy, make up a picture of the absence of an efficient public plan for food and nutrition security. In this context, urban and periurban agriculture (AUP), combined with initiatives based on food solidarity, emerges as a food access strategy in the most vulnerable urban areas, allowing farmers to maintain their income. This article aims to shed light on different food supply actions in the city of São Paulo at the height of the pandemic, especially considering new dynamics around seven urban and periurban farmers in São Paulo, representative of the situation in the central food production regions in São Paulo. In addition to the social articulation between different solidarity groups in the municipality, the role of short circuits of proximity in the maintenance of local production and in guaranteeing the food consumption of populations in situations of food insecurity is highlighted here, in a context of significant insufficiency of emergency FNS policies.

**Keywords:** Food crises, Covid-19 Pandemic, urban and periurban agriculture, solidarity networks, short proximity circuits.

Submetido em: 12/08/2022

Aceito em: 12/02/2023

### INTRODUÇÃO

A rápida propagação do novo coronavírus (agente da doença Covid-19) gera impactos importantes na população mundial desde o início de 2020, com implicações na economia, na mobilidade e, também, no abastecimento alimentar das metrópoles. No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 foi divulgado oficialmente em meados de fevereiro na cidade de São Paulo, provocando em seguida uma crise sanitária com grande letalidade em razão do rápido crescimento das infecções e das dificuldades em controlar as contaminações. A partir de 22 de março, medidas de distanciamento social foram tomadas para atenuar os efeitos da pandemia no Brasil, tendo em vista a transição de cenário: de transmissão importada para local e, enfim, para aquela sustentada ou comunitária.

O contexto político brasileiro, marcado pelo desalinhamento das ações entre governo federal e aqueles estaduais, implicou em calamidade sanitária

sem precedentes, num quadro desafiador para a democracia brasileira. Desta forma, não ocorreu coordenação entre as esferas de poder em torno de uma agenda comum com vistas a conter a disseminação da Covid-19<sup>[1]</sup>. No estado de São Paulo, as medidas de quarentena implicaram no fechamento de comércios não essenciais, aqueles cujas atividades não diziam respeito ao abastecimento, saúde, transações financeiras, limpeza e segurança<sup>[2]</sup>. No que se refere à alimentação, foi mantido o funcionamento de supermercados, hipermercados, açougues, padarias, lojas de suplemento e feiras livres. A permanência das pessoas em suas casas, com a finalidade de reduzir ao máximo a transmissão do vírus, notadamente em lugares de aglomeração, foi assim incentivada.

Em decorrência destas medidas, já nas primeiras semanas de vigência das prescrições de distanciamento social, as mudanças bruscas no abastecimento de alimentos da cidade de São Paulo geraram insegurança alimentar de sua população. Tendo em vista a marcada desigualdade social

brasileira, os impactos sentidos pela população foram distintos em função das diferentes faixas de renda. No início da pandemia em São Paulo, casos de redução na qualidade alimentar, bem como na quantidade de alimentos adquiridos, foram reportados<sup>[3]</sup>. O fechamento das escolas públicas, onde parte importante da alimentação infantil do município é garantida, provocou grande demanda domiciliar por alimentos em famílias cuja renda não era capaz de supri-la. Em domicílios nos quais a principal fonte de renda é proveniente de trabalhos informais, a insegurança alimentar teve gosto ainda mais amargo: tratou-se de se expor ao contágio do vírus como condição de sobrevivência, sobretudo para empregadas domésticas e entregadores domiciliares.

Como salientado por Renato Maluf<sup>[4]</sup>, não é surpreendente que a disponibilidade de alimentos e seu acesso ocupem destacado lugar nas preocupações diante das urgências causadas pela pandemia. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) lançou alertas seguidos quanto à gravidade da crise sanitária nos sistemas alimentares locais<sup>[5,6,7]</sup>, com vistas a estabelecer estratégias de garantia da segurança alimentar, notadamente para populações em situação de vulnerabilidade social. As evidências de falhas e lacunas no abastecimento alimentar escancararam as iniquidades de acesso à alimentação, oferecendo elementos de reflexão para o estabelecimento de objetivos permanentes, além de ações emergenciais<sup>[4]</sup>.

Nesse sentido, a crítica anti-produtivista ao sistema agroalimentar, realçando a redução da diversidade ecológica, a perda de qualidade dos solos e a contaminação das águas provocada pela agricultura industrial em grande escala<sup>[8,9]</sup>, leva a considerar o papel da agricultura urbana e periurbana (AUP) para o alcance da segurança alimentar e nutricional (SAN) dos grandes centros urbanos<sup>[10,11]</sup>. De maneira breve, a AUP pode ser caracterizada por sua proximidade com o consumidor e, mais ainda, por sua relação de funcionalidade com o ecossistema urbano<sup>[12,13]</sup>, implicando em melhor uso dos recursos urbanos e em produção de alimentos destinados diretamente para sua população. A importância da AUP para o alcance de SAN se destaca em razão das famílias agricultoras fornecerem uma melhor e maior disponibilidade de produtos frescos tanto para si próprias quanto para os residentes das cercanias de

suas hortas e para os indivíduos atendidos por seus canais de escoamento. Em geral, estes alimentos são mais frescos, nutritivos e diversos do que aqueles disponibilizados em mercados convencionais<sup>[14]</sup>.

Desta maneira, a AUP contribui bastante com o aumento da renda familiar ou com a redução de despesas alimentares por parte dos produtores, podendo, inclusive, reduzir gastos de energia no sistema logístico em razão de sua proximidade aos centros de consumo<sup>[15]</sup>. Além destes benefícios, é mister destacar o seu papel no aprovisionamento de alimentos em situações de crise social<sup>[16]</sup>.

Com efeito, a pandemia da Covid-19 deve ser caracterizada como uma destas situações de exceção, nas quais as condições de vida tornam-se totalmente adversas, exigindo do poder público e da sociedade respostas imediatas de ajuste de normas para a contenção da doença. Neste quadro, pode-se evidenciar o papel da agricultura urbana e periurbana como prática emergente estratégica para promover resiliência das cidades em situação de crise sanitária. Assim, o fortalecimento dos sistemas alimentares locais, visto suas múltiplas funções<sup>[17]</sup> e potencialidades adaptativas, é reivindicado por muitos atores. Como destacado por Nagib e Nakamura<sup>[15]</sup>, a AUP torna-se parte de uma dimensão ampla de reivindicações que combinam o direito à cidade e o direito à alimentação.

Diante desta crise sem precedentes, os objetivos do presente artigo se referem à caracterização geral do abastecimento alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 e à análise dos obstáculos enfrentados por agricultoras e os agricultores urbanos e periurbanos do município de São Paulo (MSP) neste cenário de exceção, assim como de suas estratégias de adaptação e seu papel no fornecimento de alimentos para os mais despossuídos. A escolha por São Paulo não se justifica apenas em razão de suas dimensões, conferindo importância econômica nacional e internacional, mas sobretudo pelo histórico e intensificação recente dos debates em torno da AUP na agenda municipal<sup>[18]</sup>. De fato, a revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE), realizada em 2013, delimitou no município um perímetro rural, suprimido desde 2002<sup>[19]</sup>. Como desdobramento, a agricultura é reconhecida como atividade que desempenha papel importante no desenvolvimento

sustentável do município<sup>[20]</sup>. Em consequência, foi criado um Conselho de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, com o objetivo de discutir e planejar ações de forma participativa em torno da pauta. Vale ainda citar a implementação do projeto “Ligue os Pontos”, em 2016, cujo objetivo é impulsionar a agricultura na referida zona rural do município, por meio da integração de diferentes políticas setoriais. Tal projeto se justifica pelo reconhecimento do papel da AUP na geração de renda e na promoção da sustentabilidade.

Nesta medida, o artigo visa contribuir com os debates em torno dos múltiplos papéis da agricultura urbana e periurbana<sup>[21,22,23,24,17]</sup> e, mais especificamente, lançar luz sobre sua participação na promoção da segurança alimentar e nutricional, no quadro da grave crise sanitária, no maior aglomerado urbano da América do Sul. Para além de reconhecer as práticas existentes de agricultura urbana e periurbana neste espaço urbano em constante e intensa transformação, o artigo pretende colaborar com uma análise sobre novos paradigmas que rompem com o viés produtivista da agricultura, implicando em orientações para uma nova forma de conceber o abastecimento das populações urbanas, especialmente as mais vulneráveis.

O artigo se estrutura com esta apresentação introdutória, seguida da metodologia de coleta e análise de dados. Depois, contém uma breve discussão sobre a gravidade da pandemia, em particular no que se refere a suas implicações no abastecimento, considerando diversas estratégias públicas de urgência, divulgadas em diferentes veículos de comunicação entre os meses de abril e maio de 2020. Enfim, os depoimentos de sete agricultoras e agricultores urbanos e periurbanos de três regiões do município de São Paulo são analisados. Nessa seção, trata-se de discutir os desdobramentos da pandemia Covid-19 na vida destes produtores de alimentos na cidade de São Paulo, a partir de seus pontos de vista em relação à postura adotada pelos governos, aos desafios do cotidiano e às possibilidades de fortalecimento da agricultura urbana e periurbana no município.

## METODOLOGIA

Com o intuito de atender aos objetivos de caracterizar o quadro pandêmico, considerando

especialmente seus impactos e mudanças geradas nos sistemas alimentares globais e locais, foram desenvolvidas duas principais etapas de pesquisa. A primeira se refere à coleta de informações descritivas e elementos de reflexão em torno dos efeitos da pandemia na produção e no consumo de alimentos com base especialmente na literatura disponível no primeiro semestre de 2020. A segunda diz respeito à realização e análise de entrevistas com agricultores do município de São Paulo.

Quanto ao primeiro ponto, de maneira breve, as abordagens mais recentes dos sistemas alimentares correspondem a uma perspectiva abrangente de análise<sup>[25]</sup> sobre as múltiplas e complexas interações existentes entre a produção e o consumo de alimentos, considerando seus aspectos econômicos, sociais e ambientais<sup>[26]</sup>. Nesta ótica, metodologias são desenvolvidas para análises mais aprofundadas acerca de diferentes dimensões agregadas do problema. No nosso caso, trata-se de construir uma interpretação acerca dos impactos da pandemia na produção e no consumo de alimentos no Brasil e, mais especificamente no município de São Paulo, tendo em vista as respostas dos governos, da sociedade civil e dos produtores para a garantia do abastecimento alimentar, considerando particularmente o lugar atribuído aos agricultores urbanos e periurbanos para o fornecimento alimentar a grupos vulneráveis. Para tanto, foram examinadas diferentes reportagens veiculadas em *websites* de notícias, jornais e redes sociais durante o período de 01 de abril a 11 de maio de 2020.

Paralelamente, foi realizada uma amostragem qualitativa inicial de nove agricultores das Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste do MSP com o intuito de contemplar representatividade graças a diferentes experiências. A busca de informações abrangeu apenas as iniciativas de agricultura urbana e periurbana que desenvolviam formas de comercialização de seus produtos, visando discutir os impactos sentidos no escoamento e na renda obtida com a atividade agrícola. Ainda que a produção para o autoconsumo seja notável no âmbito da AUP, este artigo não aborda atividades agrícolas apenas com essa finalidade. A propósito, vale ressaltar a riqueza de formas que a AUP pode tomar <sup>[27,18,28]</sup>, em razão de sua territorialidade, seus objetivos, suas lógicas de organização, dentre outros aspectos. Além da produção para autoconsumo, o artigo não trata de

experiências de agricultura urbana vinculadas ao ativismo ou ao engajamento político na cidade de São Paulo<sup>[29,27]</sup>, nem tampouco de AUP praticada em equipamentos públicos, como escolas, universidades e unidades básicas de saúde.

Com esse universo delimitado, um primeiro contato com os interlocutores selecionados identificou a ausência de agricultores e hortas com enfoque principal ou destacado na comercialização de sua produção nas Zonas Oeste e Central. Desta maneira, foram selecionados apenas sete agricultores para a realização de entrevistas semiestruturadas, sendo três atuando na Zona Norte, dois na Zona Sul e dois na Zona Leste. O levantamento Sampa+Rural<sup>[30]</sup>, realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, divulga, em 2023, 1.063 pontos de agricultura no município, dentre unidades de produção agropecuária (UPA), hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos. Tendo em vista o enfoque de análise do artigo, consideramos o universo das 731 UPA cadastradas na base de dados e cuja distribuição ocorre da seguinte forma: 77,5% estão localizadas na Zona Sul do Município, 16,5% na Zona Leste, 4,6% na Zona Norte, sendo 1,2% (9 UPA) Aldeias Guarani. As entrevistas foram realizadas entre os meses de maio e junho de 2020.

Foram elaboradas onze questões abertas, que tiveram como intuito obter elementos de análise sobre os efeitos da pandemia no escoamento da produção, na renda, no cotidiano das feiras e na relação com o consumidor, em particular os mais vulneráveis. Para além das esferas de produção e comercialização, procurou-se colher informações sobre a percepção de agricultoras ou agricultores sobre a situação de risco para a sua saúde diante da doença altamente contagiosa, as medidas de distanciamento e o posicionamento dos governos durante a pandemia. Em razão das medidas visando distanciamento social, as entrevistas foram realizadas via chamada de celular ou pelo envio das perguntas por mensagem eletrônica, com retorno escrito ou gravado em áudio por parte dos interlocutores, de acordo com a disponibilidade de cada um.

Dentre os agricultores considerados da Zona Norte, uma produtora integrava a direção do Acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, vinculada à Cooperativa Terra e Liberdade. Os dois outros agricultores eram integrantes da cooperativa

Agroverde, sendo que um deles pertencia também à Associação dos Pequenos Agricultores Familiares do Jardim Damasceno (APAFA). Na Zona Sul, os dois interlocutores faziam parte da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas), com um deles sendo membro do Sindicato Rural de São Paulo. Por fim, na Zona Leste, ambos agricultores interrogados eram integrantes da Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL). As informações coletadas junto a esses interlocutores se somam a outras pesquisas realizadas pelos autores em torno do tema da agricultura urbana e o mercado de alimentos em São Paulo<sup>[17,20,31]</sup>.

## **A pandemia e seus impactos no abastecimento**

Com a pandemia da Covid-19, a dependência global de um sistema alimentar centralizador, baseado em cadeias longas e em grandes redes de supermercado, demonstra fragilidades para assegurar o abastecimento de alimentos. O abalo econômico e social causado pela rápida propagação do novo coronavírus deixou ainda mais evidente os vínculos de dependência entre os diferentes países e regiões do planeta no que concerne o abastecimento de alimentos, fortemente vinculado ao mercado de *commodities*.

Os estudos acerca da proliferação e da mutação de diferentes vírus assinalam os problemas de grandes propriedades agropecuárias de engorda de milhares de aves e porcos, cuja lógica é justificada em nome de uma produção eficiente e abundante de proteínas vinculadas ao mercado globalizado<sup>[32]</sup>. A crise sanitária favoreceu a formulação de questões incômodas para o sistema alimentar produtivista e industrial. Tratou-se assim de aprofundar o debate sobre as consequências de um modelo de produção que provoca crescimento de desigualdades sociais, ruptura de formas tradicionais e comunitárias de agricultura, destruição de habitats e desequilíbrio ecológico. A contestação de discursos favoráveis ao produtivismo agroindustrial é um passo importante para relançar tal debate.

No Brasil, embora nos primeiros meses de crise não tenha ocorrido amplo e significativo desabastecimento, José Graziano insistia que o aumento de preços dos alimentos poderia afetar

diretamente as populações mais pobres e vulneráveis. Para o ex-diretor geral da FAO, era urgente a necessidade de coordenação entre todos os níveis de governo, fornecendo condições seguras de manutenção dos serviços essenciais relacionados ao abastecimento, como o transporte de cargas e a agricultura. Este autor recomendava então medidas que valorizassem e incentivassem ações para o acesso a produtos frescos por meio do comércio de proximidade, como as feiras livres, a venda direta do produtor, além do estabelecimento de regulações para *e-commerce* e sistemas de entregas. Convém lembrar que esse autor ocupou a liderança do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome quando foi concebido o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), objetivando destinar alimentos frescos produzidos localmente pela agricultura familiar a entidades de assistência aos grupos sociais mais vulneráveis, sob um referencial de soberania alimentar<sup>[33]</sup>. A ampliação desse tipo de ação pública visando o fornecimento de produtos frescos seria muito pertinente para o enfrentamento da pandemia, visto que, em razão da prescrição de isolamento social, as famílias passaram a se alimentar frequentemente em casa, com aumento do consumo de comida processada e ultraprocessada. Nesse sentido, as palavras de Graziano da Silva ressaltavam a urgência de uma política de segurança alimentar emergencial e efetiva<sup>[34]</sup>.

Na contramão de tais recomendações, o governo federal não tomou nenhuma medida eficiente para tratar da alimentação em tempos de pandemia. A propósito, Renato Maluf elencou outras medidas que poderiam ser consideradas como complementares às propostas de Graziano, reiterando a importância de articular ações com o intuito de disponibilizar renda monetária, acesso físico aos alimentos, regulação de preços e averiguação de qualidade. Para o autor, o aumento nos preços dos alimentos foi evidente na pandemia, o que o levou a insistir sobre a retomada de instrumentos de

regulação pública, a começar pelo monitoramento dos fluxos e preços dos alimentos integrantes da cesta básica visando controlar a especulação em preços e atuar em face de episódios de desabastecimento. Esforço conjunto com as administrações municipais deve ser dirigido para a gestão de

equipamentos públicos de abastecimento (varejões, sacolões, mercados municipais, feiras) que atenda os esforços na direção aqui apontada, para além de suas finalidades mercantis específicas<sup>[4]</sup>.

No contexto complexo do auge da pandemia, a situação cotidiana dos agricultores familiares foi bastante preocupante. Na RMSP, especificamente no cinturão verde de São Paulo, com grande concentração de produtores de legumes e verduras, muitos agricultores encontraram dificuldades para escoar sua produção, devido notadamente ao fechamento de estabelecimentos como bares e restaurantes. Em decorrência, alguns produtores chegaram a enterrar parte da colheita que não conseguiram escoar<sup>[35]</sup>. Apesar de não desejarem esse descarte, a situação os obrigou a tal escolha, pois não possuíam condições para arcar com os custos de transporte dos alimentos para doação, por exemplo. A incorporação de alimentos frescos às cestas básicas entregues pelo governo do Estado de São Paulo não foi considerada como uma solução para o escoamento da produção, melhorando a qualidade alimentar das populações mais vulneráveis. Frequentemente, estratégias alternativas de comercialização, como fornecimento a grupos de consumo responsável, feiras de produtores ou mesmo parceria com institutos de economia solidária, não foram implementadas por esses agricultores devido à falta de recursos<sup>[36]</sup>.

Apesar dessas dificuldades, diversas iniciativas de abastecimento alimentar foram desenvolvidas em todo o país para enfrentar da melhor forma os desafios impostos pelo momento de exceção representado pela pandemia da Covid-19. Essas ações emergiram de diversos setores, tais como governos locais, organizações da sociedade civil e da iniciativa privada, tratando-se, por exemplo de formação de redes em circuitos curtos, renovação de feiras e entregas de cestas em domicílio. Vale ressaltar que, quando apoiadas e financiadas pelo poder público, essas iniciativas têm muito maior capacidade de alcançar classes sociais mais vulneráveis e periféricas<sup>[4]</sup>.

Dentre as alternativas propostas pelo poder público, convém destacar a Medida Provisória nº 957 de 24 de abril de 2020, que destinou 500 milhões de

reais para compras de alimentos da agricultura familiar. O principal intuito era a manutenção da renda de rendas durante a pandemia. Deste total, R\$ 370 milhões foram inicialmente previstos para serem destinados à compra de alimentos das cooperativas de agricultores familiares, por meio da modalidade de doação simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os R\$ 130 milhões restantes deveriam ser alocados para a modalidade PAA Leite, o que possibilitaria a compra de leite in natura de laticínios e agricultores familiares do semiárido brasileiro<sup>[37]</sup>. Apesar dessa relevante ação pública, as medidas de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia da Covid-19 foram muito aquém do mínimo desejável. As informações oficiais da CONAB indicam que foram investidos R\$ 223 milhões em projetos para a compra e doação de 77 mil toneladas de produtos, com a participação de 31.196 agricultores. Outros R\$ 250 mil reais foram destinados ao Plano de Distribuição de Sementes, com a aquisição de mais de 652 kg de sementes de cebola de apenas uma organização, a qual envolve 17 agricultores familiares<sup>[38]</sup>. A soma dos beneficiários representa 3% do total do pessoal ocupado nos estabelecimentos da agricultura familiar (10.115.559 pessoas), segundo dados do último Censo Agropecuário<sup>[39]</sup>.

Outra medida de destaque foi o pertinente repasse de ajuda financeira para as famílias dos alunos da rede pública de ensino municipal e estadual de São Paulo que deixaram de contar com suas refeições em creches e escolas. Os valores mensais de repasse foram de R\$ 55,00 para ensino fundamental, R\$ 63,00 para pré-escola e R\$ 101,00 para creches<sup>[40]</sup>. Dentre as ações tomadas com o intuito de auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade social, também merece realce a arrecadação de alimentos proveniente das grandes indústrias alimentícias para posterior doação. No entanto, a iniciativa foi muito criticada por se tratar predominantemente de alimentos ultraprocessados<sup>[41]</sup>. Soluções mais coerentes consistiram em destinação da produção local de alimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, como aquelas consideradas ao longo do artigo.

A propósito, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) de São Paulo criou duas ferramentas com intuito de

planejar ações e monitorar situações de vulnerabilidade na cidade. A primeira foi a Rede de Escuta Popular que, por meio de um formulário eletrônico e de um endereço de *e-mail* oficial da prefeitura, ofereceu um canal para receber solicitações de entidades, associações e instituições com vistas à mitigação da fome na cidade. A segunda é o MAV-SP, um mapa para ajudar a visualizar focos de vulnerabilidade e estruturas disponíveis na cidade, auxiliando no planejamento de ações. Durante o auge da pandemia, as duas ferramentas foram complementares, já que o levantamento contínuo de demandas, através da Rede de Escuta Popular, permitia atualizar o mapa do MAV-SP<sup>[42]</sup>.

Dentre as iniciativas da sociedade civil, a chamada “Anticorpos Agroecológicos” pode ser destacada. Seu intuito consistiu na doação de alimentos saudáveis para as comunidades vulneráveis afetadas pela crise sanitária e econômica. Por meio do mapeamento das comunidades sensíveis, de potenciais doadores de dinheiro, de agricultores e de carretos, a equipe do projeto organizou entregas de alimentos segundo um cronograma de prioridades. A arrecadação do dinheiro foi destinada diretamente à compra de alimentos agroecológicos de produtores que encontravam dificuldade para escoar sua produção. Desta forma, os alimentos comprados foram transportados e doados para as comunidades com maiores demandas por auxílio<sup>[43]</sup>.

Na Zona Leste de São Paulo, ação importante foi a parceria das Mulheres do GAU (Agricultura e Culinária), do bairro de São Miguel Paulista, e o CREN (Centro de Recuperação e Educação Nutricional) com vistas à doação de cestas de verduras, frutas e legumes para a comunidade local em situação de vulnerabilidade. Apesar do afastamento de muitas de suas integrantes pertencentes a grupos de risco, o coletivo pôde concretizar esse objetivo junto a muitas famílias da comunidade. As cestas foram compostas por produtos de limpeza, gás adquiridos no comércio local, máscaras confeccionadas por costureiras do bairro e notadamente alimentos colhidos na localidade. Ademais, foi estabelecida outra parceria com o Instituto NUA (Nova União da Arte) para oferecer cerca de 800 marmitas diárias, entregues por *bikeboys* e “cuidadores itinerantes”<sup>[44]</sup>.

Neste contexto de importantes dificuldades e desafios em torno da pandemia do novo coronavírus, as iniciativas mencionadas revelaram inúmeras formas de adaptação com destaque para as ações de articulação eficientes da sociedade civil organizada. A seguir, o artigo focaliza experiências de agricultores de base familiar instalados em meio urbano e periurbano do município de São Paulo.

## **A pandemia e a agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo**

Antes de analisar os casos de nossos entrevistados, vale situar de maneira mais ampla o lugar da AUP do município de São Paulo. Assim, o panorama da agricultura paulistana com base no levantamento Sampa+Rural, mencionado anteriormente, é complementado aqui com dados do Censo Agropecuário de 2017, que indicam a presença de 550 estabelecimentos agropecuários no município, com um contingente de 1.947 pessoas ocupadas. Do total dos estabelecimentos, 62% eram de agricultores familiares e 38% não familiares. Desse universo, 81% das unidades de produção agropecuária eram geridas por homens e 17% por mulheres.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão dos estabelecimentos: no período de coleta de dados, 70% eram minifúndios, 19% pequena propriedade e 11% média e grande propriedade. A propósito, o módulo fiscal do município é de 5 ha<sup>[32]</sup>. A área total dos estabelecimentos alcançava cerca de 11 mil hectares, sendo majoritariamente destinada ao cultivo de flores e florestas naturais ou plantadas<sup>[45]</sup>. A área ocupada com lavouras, pastagens e sistemas agroflorestais era consideravelmente inferior, somando aproximadamente 1.650 hectares.

Ainda em relação aos dados deste Censo Agropecuário, a grande maioria dos estabelecimentos (73%) não recebia assistência técnica em 2017. Em suas áreas de produção, 75% dos responsáveis declararam não empregar agrotóxicos. No que se refere à agricultura orgânica, 55 respondentes indicaram engajamento nessa prática. É importante salientar que o universo de tais respostas contempla apenas parte dos estabelecimentos do município (333), visto que esta pergunta foi facultativa. De todo modo, a discrepância entre estabelecimentos que não utilizavam agrotóxicos e aqueles cujo responsável declarou a prática de agricultura orgânica foi grande,

podendo indicar o desconhecimento do conceito ou das normas de agricultura orgânica por parte dos agricultores e/ou a subnotificação da aplicação de insumos químicos. Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos consultado em maio de 2020 considerando os três mecanismos de garantia da qualidade orgânica previstos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o MSP apresentava 46 produtores inscritos.

De maneira sintética, é possível caracterizar a agricultura paulistana pelo uso de pequenas áreas para produção de horticultura e plantas ornamentais, com baixo emprego de insumos agrícolas, uso predominante de mão-de-obra familiar e direção da produção por parte de homens, o que é válido tanto para a Zona rural do MSP, que abrange 28% de seu território<sup>[46]</sup>, quanto em determinadas Zonas urbanas, como é o caso dos estabelecimentos de agricultores da Zona Leste da cidade. Os estudos sobre essas experiências destacam sua diversidade e os diferentes papéis que desempenham<sup>[17,47]</sup>.

Na Zona Leste, cujo processo de desenvolvimento foi baseado na agricultura e no comércio, os produtores se localizam, principalmente, nas áreas administrativas das subprefeituras regionais de São Mateus e Itaquera. No primeiro caso, as atividades agrícolas ocorrem predominantemente em terrenos públicos ou privados cedidos sob regime de comodato. Já em Itaquera, a maioria dos agricultores (77,5%) são proprietários de seus terrenos de cultivo<sup>[11]</sup>. Os IDH de São Mateus e Itaquera são, respectivamente, de 0,779 e 0,803.

A Zona Sul de São Paulo apresenta uma história de ocupação por atividade agrícola, primeiro por parte de famílias que praticavam métodos tradicionais e, no transcorrer do século passado, por diferentes grupos de imigrantes dedicados à agricultura com o objetivo de abastecer a cidade crescente. A transformação do modo de se praticar agricultura foi marcada pelo emprego de agrotóxicos e pela participação de grandes cooperativas. Hoje, além de ser possível encontrar áreas dedicadas à produção hortifrúti convencional e orgânica, existem sítios de lazer para aluguel de temporadas e atividades turísticas. A região ainda possui matas nativas preservadas, mananciais, terras indígenas, que são pressionadas pelo avanço disperso da mancha

urbanizada<sup>[48]</sup>. A propósito, o IDH do distrito de Parelheiros, onde a agricultura é muito importante, é de 0,744, o menor do município<sup>[49]</sup>.

A Zona Norte de São Paulo, notadamente sua porção oeste, também abriga agricultura urbana e periurbana. O acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta localiza-se no distrito de Perus, onde, desde 2002, cerca de 40 famílias ocupam um total de 109 ha, dos quais 42 ha são destinados à Reserva Legal e à Área de Preservação Permanente<sup>[50]</sup>. A área, repassada à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) em 1998, ainda carece de regularização junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Também nessa região, os agricultores vinculados à cooperativa Agroverde cultivam no bairro Jardim Damasceno, no distrito de Brasilândia. Nesta localidade, a produção de hortaliças e a suinocultura apresentam relativa importância. Os IDH de Brasilândia e Perus, onde estão situadas as áreas de produção abordadas no artigo, são, respectivamente,

0,762 e 0,731<sup>[49]</sup>. Para fins de comparação, Vila Mariana e Pinheiros se situam entre os maiores IDH da cidade, ambos acima de 0,950<sup>[49]</sup>.

Brasilândia e Perus margeiam áreas de preservação ambiental: o acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta está na Zona de Amortecimento do Refúgio da Vida Silvestre Anhanguera e do Parque Estadual do Jaraguá<sup>[47]</sup>, bem como o Jardim Damasceno, que se situa na divisa com o Parque Estadual da Cantareira. Trata-se de três Unidades de Conservação de Proteção Integral. Vale assinalar que o distrito de Brasilândia apresentou os maiores índices de mortalidade decorrente da Covid-19 durante os meses de abril e maio de 2020, com 53,5 mortes por cada 100 mil habitantes.

A seguir, são caracterizadas as produções agrícolas em análise no artigo, considerando especialmente suas situações no contexto anterior à pandemia.

#### Quadro 1. Caracterização geral da produção e comercialização dos entrevistados

Z L	Agricultora 1 (AAZL)	<b>Produção:</b> olericultura orgânica reconhecida por OCS e avicultura de pequeno porte em área sob linhões de alta tensão em São Mateus. <b>Comercialização:</b> feiras orgânicas da Zona Leste, projetos SESC, restaurantes do bairro e em loja própria.
	Agricultor 2 (AAZL)	<b>Produção:</b> olericultura orgânica não certificada em quintal produtivo no Ipiranga. O foco principal é a revenda de produtos oriundos dos associados da AAZL, de agricultores de outras regiões e, em menor medida, de sua própria produção. <b>Comercialização:</b> loja própria de revenda de produtos orgânicos (45%), entregas domiciliares (55%) e feiras em condomínios.
Z S	Agricultora 3 (Cooperapas)	<b>Produção:</b> olericultura orgânica certificada por SPG. <b>Comercialização:</b> feiras orgânicas na região central de São Paulo, projetos SESC, restaurantes, institutos de economia solidária e subprefeitura de Parelheiros.
	Agricultor 4 (Cooperapas e Sindicato Rural)	<b>Produção:</b> floricultura convencional e olericultura orgânica certificada por SPG em Parelheiros <b>Comercialização: ornamentais</b> - venda direta no sítio e na Ceasa Campinas; <b>olerícolas</b> - feiras orgânicas na região central de São Paulo, projetos SESC, restaurantes, institutos de economia solidária e venda direta na área de produção.
Z N	Agricultora 5 (Terra e Liberdade)	<b>Produção:</b> olericultura e fruticultura orgânica não certificada e experiências de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em Perus. <b>Comercialização:</b> sistema de cestas pela cooperativa, eventos mensais do SESC, pontos informais em praças, bancas em universidades, institutos e sindicatos na Zona Norte e em outros bairros.
	Agricultor 6 (Agroverde)	<b>Produção:</b> olericultura orgânica não certificada no Jd. Damasceno, Brasilândia. <b>Comercialização:</b> venda de “porta em porta” e através de um ponto informal em avenida na Zona Norte.
	Agricultor 7 (Agroverde e APAFA)	<b>Produção:</b> olericultura orgânica não certificada e suinocultura de pequeno porte no Jd. Damasceno, Brasilândia. <b>Comercialização:</b> venda de “porta em porta” em condomínios e em ponto informal em praça na Zona Norte.

Fonte: dados obtidos por meio de entrevistas. Elaboração dos autores.

As informações obtidas nas entrevistas revelam um perfil de produção especializado em horticultura, com práticas agroecológicas, exceto no que se refere à produção de plantas ornamentais. Ainda que em pequena escala, é possível constatar a existência de produção animal no município de São Paulo. No caso desta suinocultura, sua localização ocorre fora da mancha urbanizada.

Essa produção alimentar se vale via de regra para sua comercialização em de circuitos curtos de proximidade (CCP), caracterizados por proximidade geográfica e relacional entre produtos e consumidor. Segundo definição já bem aceita, os CCP apresentam no máximo um intermediário entre produtor e consumidor final de alimentos, a venda direta sendo sua modalidade por excelência [51,52,53]. Estes circuitos tendem a oferecer maior margem de valor agregado para os produtores, com os alimentos sendo consumidos no próprio território de produção.

Entre nossos interlocutores, os principais canais de comercialização eram feiras de produtores, pequenos mercados de proximidade, quitandas de bairro, institutos de economia solidária e sistemas de distribuição de cestas agroecológicas para grupos de consumo responsável organizados em universidades, sindicatos e diversas unidades do Serviço Social do Comércio (SESC). Dois casos se destacam por suas particularidades: a venda de produtos para restaurantes da região central de São Paulo, no caso da Cooperapas, e os pontos informais de comercialização dos agricultores da Zona Norte. A diversidade de canais de escoamento dos produtos era grande e indica, por um lado, a existência de múltiplas redes de colaboração implicando organizações da sociedade civil a equipamentos públicos e, por outro lado, a ausência de participação de grandes centrais de distribuição na comercialização dos alimentos provenientes da AUP.

Ao longo da quarentena em razão das medidas de contenção da pandemia, os impactos sentidos pelos agricultores foram distintos. Na Zona Leste, ambos os interlocutores relataram aumento considerável na demanda por seus alimentos. Ainda que as feiras realizadas em condomínios nesta região tenham sido paralisadas e o público mais idoso tenha se reduzido, a produção foi dirigida para sistemas de distribuição de cestas de alimentos. A agricultora nº 1 ainda revelou que, entre os meses de abril e maio

de 2020, o público das feiras se estabilizou com maior participação de adultos mais jovens, que substituíram os mais idosos. Suas estratégias de adaptação incluíram o uso de comunicação via aplicativos digitais, como *Facebook* e *Whatsapp*, a criação de sistemas de *drive thru*, em que o consumidor apenas passa na horta em horário preestabelecido para retirar a cesta de produtos e, ainda, o uso de entregadores terceirizados vinculados a empresas que operam via aplicativos de celular.

No que se refere à Zona Norte, a demanda por alimentos se expressou de forma distinta para os três interlocutores. Para o agricultor nº 7, a procura por seus produtos caiu bruscamente, visto que seu principal canal de comercialização consistia em ponto informal situado em praça da região. Com a redução do fluxo de pessoas nas ruas, o agricultor perdeu acesso a seu público consumidor, situação que evidenciou a carência de políticas de envergadura para a agricultura familiar. Segundo seu relato, “a pandemia não é pior problema, ela só veio mostrar a falta de auxílio, a falta do poder público em ajudar o produtor familiar. Ela veio mostrar isso, até porque as pessoas sempre comeram, sempre tiveram a necessidade de produto saudável, de se alimentar”.

Por outro lado, diante das dificuldades encontradas por boa parte dos cooperados à Agroverde, a troca de produtos visando garantir a alimentação familiar, sobretudo oriundos da produção animal, foi intensa durante as semanas de maior adesão da população ao distanciamento social. O agricultor nº 6 não relatou impacto significativo na demanda por seus produtos, cuja venda também era realizada em ponto informal na região. Porém, constatou um aumento no preço dos insumos utilizados na produção. Já a agricultora nº 5 manteve as entregas de cestas de alimentos que realizava por meio da cooperativa, com o acréscimo de destinação para redes de atendimento a famílias vulneráveis. Ainda contou com a contribuição da Comissão Pastoral da Terra (CPT) relativa ao fornecimento de combustível e ao pagamento de pedágios para essas entregas, além de compras dos produtos do acampamento para doação.

Os agricultores da Zona Sul também assinalaram transformações na demanda por sua produção. As vendas realizadas para lojas e restaurantes se reduziram substancialmente,

especialmente aquelas para a alimentação coletiva em empresas privadas, com diminuição da demanda por produtos da Cooperapas. No entanto, a montagem de cestas de alimentos para grupos que realizaram doação destinada a famílias em situação de vulnerabilidade se intensificou. Por outro lado, ambos os interlocutores relataram aumento na procura local por seus produtos, com aquisição de alimentos diretamente na área de produção ou via sistema de entrega. No caso do agricultor nº 4, cuja produção era também destinada a floriculturas, o impacto foi enorme, em razão do fechamento da Ceasa e da queda na procura por plantas ornamentais no mercado em geral. De acordo com seu depoimento, “as vendas tiveram um retrocesso de quase 50%, foi um retrocesso grande nas [plantas] ornamentais, devido ao fechamento da Ceasa e também quando reaberto o Ceasa não tinha cliente”.

Quanto ainda às estratégias de adaptação, todos os agricultores que puderam manter seus canais de escoamento relataram acréscimo no custo logístico. Aqueles que seguiram com seus pontos nas feiras de produtores ou informais incorporaram novas despesas com luvas, máscaras, álcool gel, toalhas descartáveis, mais embalagens, além de cloro para higienização mais frequente das caixas de transporte dos produtos. Houve, também, incremento de tempo de trabalho dedicado à higienização, à elaboração de cestas e à organização de entregas. A propósito, nossos interlocutores enfatizam que tais custos adicionais, seja com tempo de trabalho ou com insumos, não foram repassados para os consumidores.

Entre os ajustes à nova situação, as reuniões periódicas no acampamento Irmã Alberta foram canceladas e os assentados que integravam grupos de risco passaram a receber maiores cuidados e atenção. Por fim, o uso de máscaras se generalizou, mesmo sendo considerado um incômodo. Predominou assim o reconhecimento de sua necessidade por parte sobretudo daqueles que mantiveram maior contato com consumidores. Inclusive, a preocupação com a própria saúde espelhava o compromisso coletivo com a contenção do contágio, como destacado abaixo:

A máscara é bastante difícil, o freguês não entende muito bem. A gente aumenta a voz, o que é cansativo, mas

tenta mostrar para o cliente nossa preocupação não só no manuseio e na higienização, mas na condução do combate à pandemia. A gente procura tomar aquela distância do cliente, de 1 a 2 metros o (depoimento agricultor nº 7).

Essas mudanças provocaram sentimentos de insatisfação em razão do distanciamento, da redução de contato direto e de dificuldade de comunicação com consumidores. Aliás, a agricultora nº 1 realçou que “muito da sensibilização do consumidor em relação à alimentação orgânica passa pela conversa e pelas trocas de informações, inclusive receitas”.

Quanto ao receio em relação ao risco de contágio, os agricultores reconheciam que estavam bastante expostos na pandemia. Desta maneira, a preocupação com a própria saúde e aquela da família foi intensa no auge da crise sanitária. O impacto da pandemia na saúde mental dos agricultores também foi ponto abordado nas respostas, o que se destaca na percepção do agricultor nº 6 quanto à ausência de política capazes de darem assistência à agricultura familiar. Segundo seu relato, “o estresse onde não somos assistidos por nenhum tipo de política, onde não temos nenhum tipo de subsídio”.

Mesmo que as estratégias de adaptação nesse passado recente incluíam o respeito rigoroso dos protocolos de segurança, o risco de infecção se apresentava como constrangimento incontornável para a manutenção da atividade na agricultura e especialmente na comercialização dos produtos. Por outro lado, essa preocupação se referia igualmente à saúde do consumidor, bem como ao esforço de torná-la evidente, o que foi de forma unânime mencionado.

Não obstante, os agricultores das Zonas Norte e Sul, residentes em área periurbana do município, consideravam os sítios e chácaras em que viviam e produziam como espaços distanciados do risco. No entanto, a insegurança quanto à renda proveniente da atividade agrícola era notável, com impactos sentidos na segurança alimentar familiar, como relatou o agricultor nº 6: “por estar no sítio [a gente] se sente mais seguro, o maior risco está na questão financeira, em como viver sem dinheiro. Aquilo que a terra não dá está complicado de

adquirir.” Além dessa percepção, as feiras também eram julgadas como lugar seguro, notadamente por sua estrutura aberta ao ar livre, sobretudo em comparação com outros estabelecimentos frequentados pelos agricultores.

Ainda no âmbito da saúde mental associada à crise sanitária, foram abordadas consequências de dificuldades mais permanentes enfrentadas cotidianamente pelos agricultores urbanos e periurbanos. Trata-se de ansiedades diante de sentimentos de invisibilidade, de desvalorização do trabalho e de falta de suporte do Estado.

No que diz respeito à produção, devido à maior demanda por alimentos frescos quando da pesquisa de campo, os agricultores entrevistados aumentaram a produção hortícola, exceto no caso do agricultor nº 7. Nossos interlocutores ainda notaram maior sensibilização da população ao consumo de alimentos orgânicos e frescos durante a pandemia, muito associada aos cuidados com a saúde, particularmente no que se refere ao fortalecimento do sistema imunológico. Trata-se, assim, de uma mudança de hábitos para o enfrentamento do risco de forma mais segura e que eventualmente se espelharam em mudanças nos hábitos de compra, como realçado aqui:

No início da pandemia, as entregas das grandes redes de supermercado estavam com prazo de entrega longo e então as pessoas passaram a buscar redes que fornecessem alimentos de forma mais rápida. Ao longo da pandemia uma pequena porcentagem começou a se alertar para este tipo de discussão do alimento agroecológico, da compra dos pequenos produtores e do favorecimento da produção local (depoimento agricultor nº 2).

Com efeito, os agricultores vinculados à Cooperapas mencionaram que, em situação pandêmica, a população local passou a valorizar a alimentação orgânica. A propósito, a agricultora nº 3 destacou seu entusiasmo com a valorização da produção orgânica local: "Nossa, houve muita procura por alimentação orgânica! As pessoas estão despertando finalmente! Alimentação saudável, organismo saudável!"

De forma distinta, na Zona Norte, o impacto na produção foi desfavorável, em termos tanto de redução da demanda quanto de impossibilidade de investir na produção, devido ao aumento dos custos de insumos. Aliás, este encarecimento se referia também ao preço da água, como ressaltado pela agricultora nº 1.

Nos casos de incremento de demanda, o aumento da produção e da revenda de produtores vizinhos significaram um acréscimo direto da renda. Esses agricultores insistiram, no entanto, que essa melhora não ocorreu pelo aumento dos preços dos produtos, mas sim pelo incremento da quantidade vendida. Duas das agricultoras entrevistadas demonstraram incômodo em explicar este aumento da renda, pois poderia transparecer oportunismo em momento delicado de abastecimento, em particular com o crescimento da população em situação de insegurança alimentar.

Contudo, as circunstâncias mais favoráveis não ocorreram de forma generalizada. O agricultor nº 4 assinalou, em virtude da quebra no mercado de plantas ornamentais, redução em sua renda. O agricultor nº 7 também constatou redução drástica de sua renda em consequência da diminuição do fluxo de consumidores em seu principal ponto de venda. Esses casos explicam a solicitação, de quatro entre os sete agricultores considerados, do auxílio emergencial oferecido pelo governo federal. Com a demora na avaliação dessas solicitações e com as ineficiências do aplicativo de acesso ao auxílio, apenas um de nossos interlocutores chegou a receber a primeira parcela desse benefício emergencial quando da realização das entrevistas. A análise de seus depoimentos torna possível notar certo anseio em explicar a razão dos pedidos desse auxílio. Em geral, afirmaram que se tratava de uma forma de ajudar nas demandas da produção e não de se aproveitar, em meio à crise, de um recurso proveniente do governo. Por outro lado, não foram mencionados problemas no que se refere à moradia, já que nossos entrevistados residem em sítio ou casa própria.

No que tange ao repasse de R\$ 500 milhões do governo federal – efetivado parcialmente – para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>[37]</sup>, dentre os agricultores entrevistados nesta pesquisa, apenas um não tinha conhecimento dessa medida.

De toda maneira, os demais consideravam como impossível ou muito difícil acessar esse recurso, em razão de excesso de burocracia ou de falta de transparência. Mesmo com eventual acesso, temiam demora no pagamento dos produtos fornecidos.

Seja como for, é evidente no discurso dos agricultores a insatisfação com o pouco apoio recebido de todas as esferas de governo e com a falta de efetividade das ações institucionais. Na visão da agricultora nº 5, “a postura do governo tem um tom muito político e não atende na prática quem realmente precisa”. O agricultor nº 7, por sua vez, ressalta que “as políticas que existem beneficiam bastante os grandes produtores; o pequeno produtor familiar não é assistido”. Portanto, esses interlocutores lamentam a invisibilidade dos pequenos produtores urbanos no âmbito das instituições públicas. A burocracia aparecia como um dos principais entraves para acessar os programas governamentais, agravada por falta de informações claras, em particular no que se refere aos auxílios emergenciais instituídos pelo governo federal.

Para nossos interlocutores, a situação enfrentada no auge da pandemia foi difícil e complexa para todos os setores da sociedade. Consideravam relevante e necessária a participação da comunidade para o enfrentamento da crise. A propósito, o apoio de organizações da sociedade civil era visto como muito importante para manutenção de suas atividades e renda. Dentre as AUP das regiões estudadas no município de São Paulo, aquela da Zona Norte se encontrava em posição mais desfavorável. Não foram citadas redes de apoio vinculadas aos interlocutores do Jardim Damasceno, o que era agravado pela ausência de Casa de Agricultura Ecológica (CAE) regional, que desempenha papel importante no acesso às políticas públicas destinadas à agricultura de base familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise pandêmica reforçou a importância da temática da alimentação. Diversas são as críticas contra os sistemas agroalimentares fundados no produtivismo industrial, tal como a dependência de circuitos longos, minando a autonomia dos agricultores, e as consideráveis degradações

ambientais. A pandemia pareceu favorecer esse olhar crítico. A valorização dos alimentos frescos, notadamente aqueles de origem orgânica e agroecológica, ganhou terreno em quadro de grande preocupação com a saúde, o que favoreceu agricultores com esse foco. Da mesma forma, a proximidade com produtores responsáveis pelo abastecimento alimentar das cidades é atributo considerado nas escolhas alimentares em cenário de crise, mesmo que exigindo muitas adaptações.

A pesquisa permitiu evidenciar o papel de agricultoras e agricultores urbanos para evitar o agravamento da crise sanitária e de segurança alimentar. A praticamente inexistência de coordenação da ação pública no enfrentamento desta emergência pública tornou ainda mais notável a importância das iniciativas por parte da sociedade civil para atenuar a crise de segurança alimentar a partir da agricultura urbana e periurbana.

O governo federal concedeu auxílio emergencial para trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, além de ter anunciado recursos extras para a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No entanto, a burocracia foi destacada por nossos interlocutores como uma barreira para o acesso dos agricultores urbanos a esses apoios. A sensação de invisibilidade<sup>4</sup> nas esferas da administração pública é notável nos depoimentos desses produtores, o que explica a grande dificuldade de acesso a dispositivos de políticas públicas não somente no momento de crise ligada à pandemia.

Assim, as ações realizadas pela sociedade civil, ainda que pontuais e pulverizadas, foram mais efetivas para apresentar respostas rápidas ao agravamento da insegurança alimentar. As redes de solidariedade com foco na distribuição de alimentos em regiões periféricas preencheram o vazio provocado pela ineficácia governamental. O engajamento de atores sociais locais se mostrou decisivo para o escoamento da produção e, principalmente, para o abastecimento de regiões com grande vulnerabilidade social.

<sup>4</sup> Invisibilidade que pode estar associada com uma comumente caracterização de suas práticas como arcaicas e em vias de extinção<sup>[5]</sup>.

Convém destacar que a efetividade das iniciativas propostas por organizações da sociedade civil junto a produtores foi notadamente possível graças à conexão entre os atores envolvidos de forma remota. Portanto, é notória a relevância do acesso à internet para a manutenção de atividades que a princípio podem parecer distantes da era da comunicação digital. Ainda que o fator decisivo na sustentação da AUP sejam as redes de articulação entre produtores, consumidores e organizações da sociedade civil, o acesso à internet constituiu ferramenta imprescindível em tempos de pandemia.

A propósito, o reforço de modalidades de circuitos curtos de proximidade, especialmente sistemas de distribuição de cestas como fruto das relações estabelecidas em feiras de produtores, pode ser destacado enquanto solução adaptativa à crise. A comercialização dessa maneira se revelou relevante no abastecimento das populações urbanas e também na manutenção da renda dos agricultores<sup>[53]</sup>. Apesar das adaptações, a clientela manteve em grande medida sua fidelidade, justificada tanto pela qualidade dos produtos quanto pela confiança nos agricultores.

De forma geral, os agricultores que mantiveram seus pontos nas feiras sofreram menor impacto na demanda e na renda, o que ocorreu também com aqueles que já participavam de redes de solidariedade em período anterior à pandemia. Nesses casos, as ações solidárias englobam não apenas fornecimento de alimentos saudáveis para comunidades em condições de precariedade, mas também troca interna de produtos entre os agricultores.

Tomando em conta diferenças territoriais, a Zona Norte conheceu maior impacto negativo com a pandemia, devido sobretudo à informalidade dos pontos de venda dos agricultores considerados (nº 6 e nº 7). Essa forma de comercialização se mostrou mais instável e menos propícia para criar laços entre produtores e consumidores. De outra parte, a ausência de uma Casa de Agricultura Ecológica na Zona Norte reforça a marginalização da AUP local. Com efeito, é válido ressaltar a importância da regularização de pontos de vendas, em particular no que se refere à participação em feiras de produtores, solução consistente para fortalecer experiências de agricultura urbana e periurbana de base ecológica. As

CAE constituem importante instrumento do apoio público à AUP, como se constata nos casos das Zonas paulistanas Sul e Leste.

Em suma, a crise pandêmica revelou lacunas do sistema alimentar industrial produtivista e o papel relevante que a AUP desempenhou no abastecimento local com produtos de qualidade. Apesar dessa importância, é notória a grande insuficiência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar urbana e periurbana com práticas agroecológicas. Os circuitos curtos de proximidade constituem via consistente de acesso à alimentação saudável e de garantia da renda dos agricultores urbanos e periurbanos. A situação de exceção imposta pela pandemia reforçou a importância da AUP no fornecimento de alimentos saudáveis para a população de modo geral e especialmente para os grupos em situação de vulnerabilidade social. Assim, a conjugação entre circuitos curtos de comercialização e agricultura urbana e periurbana se apresenta como estratégia viável e eficiente para o abastecimento alimentar, promovendo segurança alimentar e nutricional em situação de grande excepcionalidade, como tem sido o caso da pandemia Covid-19.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos CNPq com o apoio do Programa de Produtividade em Pesquisa.

## FINANCIAMENTOS

Apoio do Programa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

## CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

## FUNÇÕES DOS AUTORES

Todos os autores participaram da concepção da pesquisa, da análise dos dados obtidos e da redação do texto. Roberta Moraes Curan e Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão desenvolveram o essencial da pesquisa de campo.

## REFERÊNCIAS

- [1] Oliveira TC, Abranches MV, Lana RM. (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. *Cadernos de Saúde Pública* [Internet]. 2020; 36(4): e00055220. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00055220>.
- [2] Portal do governo. Veja quais serviços podem funcionar em SP durante a quarentena. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/veja-quais-servicos-podem-funcionar-em-sp-durante-a-quarentena/>. Acesso em junho de 2020.
- [3] Almeida L, Rodrigues A. Quarentena em São Paulo reduz dieta de crianças na periferia a arroz. *Folha de São Paulo*. 5 de abril, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/quarentena-em-sao-paulo-reduz-dieta-de-criancas-na-periferia-a-arroz.shtml>. Acesso em abril de 2020.
- [4] Maluf RS. Alimentação e fome: agir na emergência e construir outro país. Especial “Crise da covid-19: de que políticas públicas o Brasil precisa?”. FES Brasil (Fundação Friedrich Ebert), 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16162.pdf>. Acesso em junho de 2020.
- [5] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO. FAO faz alerta sobre o impacto do COVID-19 na alimentação escolar na América Latina e no Caribe. 18 de março de 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1267030/>. Acesso em junho de 2020.
- [6] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO. Ministros e Secretários de Agricultura de 34 países das Américas coordenaram ações para garantir alimentos diante do COVID-19. 23 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1272721/>. Acesso em junho de 2020.
- [7] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO. Novo relatório da FAO alerta para o impacto do COVID-19 na segurança alimentar na América Latina e no Caribe. 27 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1273231/>. Acesso em junho de 2020.
- [8] Altieri MA., The ecological role of biodiversity in agroecosystems. *Agriculture, Ecosystems & Environment*. 1999; 74(1-3):19-31. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0167-8809\(99\)00028-6](https://doi.org/10.1016/S0167-8809(99)00028-6)
- [9] Malézieux E. Designing cropping systems from nature. *Agronomy for Sustainable Development*, 2011; 32(1):15-29. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13593-011-0027-z>
- [10] Ribeiro SM, Bógus CM, Watanabe HAW. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, 2015; 24(2): 730-743. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200026>
- [11] Valdiones APG. Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades; 2013. doi:10.11606/D.100.2013.tde-04112013-162810.
- [12] Santandreu A, Lovo IC. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Junho de 2007. Disponível em [https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf). Acesso em abril de 2020.
- [13] Mougeot LJA. Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks. *In: Gundel S, Dubbeling M, Zeeuw H, Bakker N, Sabel-Koschella U. Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda. Deutsche Stiftung für internationale Entwicklung (DSE), Feldafing, Germany, 2000.*
- [14] Pribadi DO, Zasada I, Müller K, Pauleit S. Multifunctional adaption of farmers as response to urban growth in the Jabodetabek Metropolitan Area, Indonesia. *Journal of Rural Studies*, 2017; 55:100-111. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.08.001>.
- [15] Nagib G, Nakamura AC. Urban agriculture in the city of São Paulo: New spatial transformations and ongoing challenges to guarantee the production and consumption of healthy food. *Global Food Security*, 2020; 26:100378. DOI: 26:100378. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100378>.
- [16] Zeeuw H, Veenhuizen RV, Dubbeling M. Foresight Project on global food and farming futures: The role of urban agriculture in building resilient cities in developing countries. *Journal of Agricultural Science*, 2011; 149(S1): 153-163. doi:10.1017/S0021859610001279
- [17] Curan RM, Moruzzi Marques PE. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. *Estudos Avançados*, 2021; 35(101):209-224. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013>
- [18] Caldas EL, Jayo M. Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologia. *Confins*, 2019; 39(2019). DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.18639>

- [19] Travassos L, Empinotti VL, Cardoso RT. O ressurgimento da zona rural no município de São Paulo. XVII ENAMPUR, 2017. Disponível em [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVIIENANPUR\\_Anais/ST\\_Sesseos\\_Tematicas/ST%204/ST%204.2/ST%204.2-01.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVIIENANPUR_Anais/ST_Sesseos_Tematicas/ST%204/ST%204.2/ST%204.2-01.pdf). Acesso em junho de 2020.
- [20] Moruzzi Marques PE, Bel P-M, Leão VOPS, Curan RM. Justiça ecológica como bússola para ações em favor da agricultura urbana e periurbana. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2021; 59(4):e239176. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.239176>, p. 1-18, 2021
- [21] Duchemin E, Wegmuller F, Legault A-M. Urban agriculture: multi-dimensional tools for social development in poor neighbourhoods. *Field Actions Science Reports* [Online]. 2008; 1:43-52. Disponível em <http://journals.openedition.org/factsreports/113>
- [22] Valley W., Wittman H. Beyond feeding the city: The multifunctionality of urban farming in Vancouver, BC. *City, Culture and Society*. 2019; 16 :36-44. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2018.03.004>
- [23] Lovell ST. Multifunctional Urban Agriculture for Sustainable Land Use Planning in the United States. *Sustainability*. 2010; 02(8):2499-2522. DOI: <https://doi.org/10.3390/su2082499>
- [24] Zasada I. Multifunctional peri-urban agriculture: A review of societal demands and the provision of goods and services by farming. *Land Use Policy*. 2011; 28(4): p. 639–648, 2011. DOI : <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2011.01.008>.
- [25] Bené C, Prager SD, Achicanoy HAE, Toro PA, Lamotte L, Cedrez CB, Mapes BR. Understanding food systems drivers: A critical review of the literature. *Global Food Security*. 2019; 23:149-159. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2019.04.009>.
- [26] Ericksen PJ. Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Global Environmental Change*. 2008; 18(1):234-245. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2007.09.002>.
- [27] Biazoti AR. Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. [dissertação]. Piracicaba: Universidade de São Paulo, Ecologia Aplicada; 2020. doi:10.11606/D.91.2020.tde-09032020-170856.
- [28] Nagib G. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; 2016. doi:10.11606/D.8.2016.tde-18082016-124530.
- [29] Nagib G. Processos e materialização da agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. *Cadernos Metrópole*. 2019; 21(46):715-739. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4602>
- [30] São Paulo, Prefeitura Municipal, Sampa+Rural, Agricultura, 2023. Acesso em janeiro de 2023. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/categoria/agricultores>
- [31] Biazoti AR, Leão VOPS, Buralli RJ, Mauad T. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. *Estudos Avançados*, 2021; 35(101):189-208. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012>
- [32] Altieri MA, Nicholls CI. La agroecología en tiempos del Covid-19, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, CLACSO. Abril de 2020. Disponível em <https://www.clacso.org/la-agroecologia-en-tiempos-del-covid-19/>. Acesso em abril de 2020.
- [33] Moruzzi Marques PE, Gebrim Dória N. A integração da noção de soberania na concepção predominante de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Raízes* [Internet]. 2021; 41(2):246-261. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.719
- [34] Beraldo P. [Portal Terra]. Ex-diretor da FAO: Brasil não terá problema de abastecimento. Abril de 2020. Disponível em: [https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/ex-diretor-da-fao-brasil-nao-tera-problema-de-abastecimento,57710f34fcf77af2d49b9f4cd396ec849xvq4z9s.html?utm\\_source=Whatsapp](https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/ex-diretor-da-fao-brasil-nao-tera-problema-de-abastecimento,57710f34fcf77af2d49b9f4cd396ec849xvq4z9s.html?utm_source=Whatsapp). Acesso em junho de 2020.
- [35] Narcizo B. Produtor rural destrói toneladas de alimentos no cinturão verde de São Paulo. *Folha de São Paulo*. 18 de abril 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/produto-or-rural-destroi-toneladas-de-alimentos-no-cinturao-verde-de-sao-paulo.shtml>. Acesso em junho 2020.
- [36] Ministério da Cidadania. Programa de Aquisição de Alimentos. Abril de 2020. Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/paa>
- [37] CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020. Brasília/DF: Conab, 2021. 23 p. (Compêndio de Estudos Conab, v. 30). Responsável técnico: VIEGAS, Gustavo Lund.
- [38] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resultados Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/24/75511>. Acesso em fevereiro de 2020

- [39] Rodrigues A, Almeida L. Quarentena em São Paulo reduz dieta de crianças na periferia a arroz. *Folha de São Paulo*. 5 de abril 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/quarentena-em-sao-paulo-reduz-dieta-de-criancas-na-periferia-a-arroz.shtml>
- [40] Zocchio G. Onda de solidariedade de Doria e empresas é um tsunami de ultraprocessados. *Outras Palavras*. 11 de maio de 2020. Disponível em <https://outraspalavras.net/ojoioeotriogo/2020/05/doria-doacoes-ultraprocessados/>. Acesso em junho de 2020.
- [41] Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN. Lançamento da Rede de Escuta Popular e do MAV-SP. Disponível em: <https://www.facebook.com/comusansaopaulo/>. Acesso em junho 2020.
- [42] Anticorpos Agroecológicos - Frente de Segurança Alimentar para a Pandemia. Disponível em <https://www.facebook.com/anticorposdoacoesagroecologicas/>. Acesso em junho de 2020.
- [43] Mulheres do GAU. Agricultura e Culinária Orgânicas. Disponível em <https://www.facebook.com/mulheresdogau/>. Acesso em junho 2020.
- [44] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Módulos Fiscais no Brasil, 2020. Disponível em <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>.
- [45] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resultados Censo Agropecuário 2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/24/75511>. Acesso em fevereiro de 2020.
- [46] Prefeitura Municipal de São Paulo. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. *GeoSampa*, 2020. Disponível em [http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SB/C.aspx](http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SB/C.aspx). Acesso em junho de 2020.
- [47] Nakamura AC. A Complexidade da análise rural-urbana e o caso do extremo Sul do município de São Paulo. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. v. 1, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26673>. Acesso em junho de 2020.
- [48] PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em janeiro de 2022.
- [49] Catarucci A F M. A produção do homem e da natureza no campo: a Comuna da Terra “Irmã Alberta” na reorganização da paisagem e seu inverso [Dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-28112014-165047.
- [50] Marechal G. *Les circuits courts alimentaires*. Dijon: Educagri edition; 2008.
- [51] Darrot C, Durant G. Référenciel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action. In *Circuits courts: Contribution au développement régional*. Dijon: INRA & Educagri Éditions; 2010.
- [52] Traversac JB. *Introduction. Circuits courts: Contribution au développement régional*. Dijon: INRA & Educagri Éditions; 2010.
- [53] Leão VOPS. *Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: relações de proximidade e de confiança em foco* [Dissertação] Piracicaba: Universidade de São Paulo, Ecologia Aplicada; 2019. doi:10.11606/D.91.2019.tde-19112019-123542.